

Conhecer a fome: saberes situados e a produção da desigualdade¹

Lis Furlani Blanco

Inicio este ensaio sobre fome anunciando que também dissertarei sobre comida. Escolho esse caminho narrativo porque compreendo-os como processos imbricados em nossas práticas de existência (e para muitas, de sobrevivência), ou seja, como centrais às políticas da vida (Fassin, 2012). Embora haja perspectivas que considerem esses objetos enquanto pólos opostos, entendo tanto a comida como a fome como processos políticos corporificados e territorializados. Esse é, portanto, o pressuposto central do presente texto. Isso posto, para falar sobre ambos os fenômenos, o da fome e o da comida, penso ser necessário olhar com atenção às práticas cotidianas de existência, buscando questionar a separação entre o corpo faminto e as relações discursivas de poder que se desenrolam através desses corpos e dos saberes produzidos sobre ele. No conjunto dessa produção de conhecimentos, aspectos de gênero, cor, etnia, raça, deficiência, classe, idade, para mencionarmos as marcas sociais de diferenciação mais mobilizadas, são produzidos e performados.

23

Um olhar interseccional para a fome, que compreende a lógica e as consequências políticas do entrecruzamento de múltiplos eixos de subordinação (Piscitelli, 2008), parece essencial para que deixemos de entender a fome, ainda hoje, como um problema externo ao social. Compreendida como “coisa dos homens”, na precisa expressão contida na letra da música “Ronco da Cuíca”, de Aldir Blanc e João Bosco, de 1976, tal mazela é associada continuamente com nosso lado “animal” e, portanto, da ordem do “instinto” e não do plano da “cultura”. Assim, toma-se, muitas vezes, a sobrevivência como algo dado, não olhando para as razões pelas quais muitos corpos não têm garantido o

1. Entender a produção de saberes como situada, implica também questionar as formas hegemônicas de construção de conhecimento. Nesse sentido, é importante reconhecer que esse texto não foi concebido somente por mim, mas através de um exercício coletivo de reflexões sobre a temática da fome e sobre o fazer antropológico. Compartilho a autoria de muitas das proposições que trago aqui com Nathanael Araújo, Adriana Salay Leme, Lívia Cangiano Antipon e José Raimundo Sousa Ribeiro Jr.

mínimo para sua existência (Heynen, 2008). Em paralelo, quando pensamos analiticamente sobre a comida, sobre nossos hábitos e tradições alimentares, costumamos associá-la rapidamente com uma perspectiva da “diversidade humana” (Cunha, 2009), isto é, compreendemos a comida como diretamente conectada e conformada pelas diferenças que compõem o que convencionamos chamar de “cultura”.

Comida, cultura e diferença

Nos últimos anos fomos interpelados por afirmações de governantes e figuras públicas acerca dos temas aqui expostos. A máxima expressa por João Dória em 2017, quando prefeito de São Paulo, de que “pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome”² foi apenas uma das muitas interpelações equivocadas feitas. Retomo aqui essa proposição perversa pois traz à tona uma perspectiva imbricada em nossa episteme colonial e capitalista de que só há cultura, só existe o social, quando todas as nossas necessidades básicas são suprimidas. O corpo que “apenas” sobrevive é um corpo animalizado, apartado de subjetividades. Dentro dessa forma de pensar (e viver) o mundo, a liberdade das necessidades permitiria, finalmente, existirmos enquanto seres políticos, ou melhor, a supressão das necessidades básicas sobre essa perspectiva é entendida como condição essencial para a própria existência da política, separando assim as condições materiais da existência - a economia, o *oikós* - de seu aspecto social.

Entretanto, ao olharmos para a proposição expressa pelo então prefeito da cidade de São Paulo de maneira crítica, surgem alguns ques-

tionamentos: o que restaria à quase metade da população brasileira que, em 2021, não tem garantido o direito básico à alimentação adequada? Seriam os famintos desprovidos de política, de cultura, corpos sem subjetividade? Estariam fora da esfera social?

Como precisamos comer para viver, nenhum outro comportamento não automático se liga de modo tão íntimo à nossa sobrevivência, ao mesmo tempo em que a comida e o comer assumem, assim uma posição central no aprendizado social por sua natureza vital e essencial, embora rotineira (Mintz, 2001). No entanto, a complexidade da comida e do comer é compreendida através de uma separação ontológica entre natureza e cultura, corpo e mente, e a sobrevivência enquanto prática cotidiana é afastada de seus sentidos sociais e políticos, principalmente em uma perspectiva que concebe a fome e alimentação como um dualismo.

As razões genealógicas dessa clivagem são muitas e podemos começar a partir de seus efeitos na atualidade. Considero que a análise de Nancy Fraser (2002) sobre o neoliberalismo traz algumas pistas para nos ajudar. Para Fraser, tem acontecido nos últimos anos “uma crescente proeminência da cultura na ordem emergente. A despeito da aparência de que o centro da contestação política estaria se deslocando da redistribuição para o reconhecimento, as conquistas recentes nessa área podem estar associadas a perdas graves no eixo da redistribuição, isto é, da supressão das desigualdades” (Fraser, 2002, p.8). Isso porque, em sua perspectiva, “as lutas por reconhecimento e redistribuição devem ser pensadas a partir de uma concepção bidimensional de justiça social, em que as dimensões cultu-

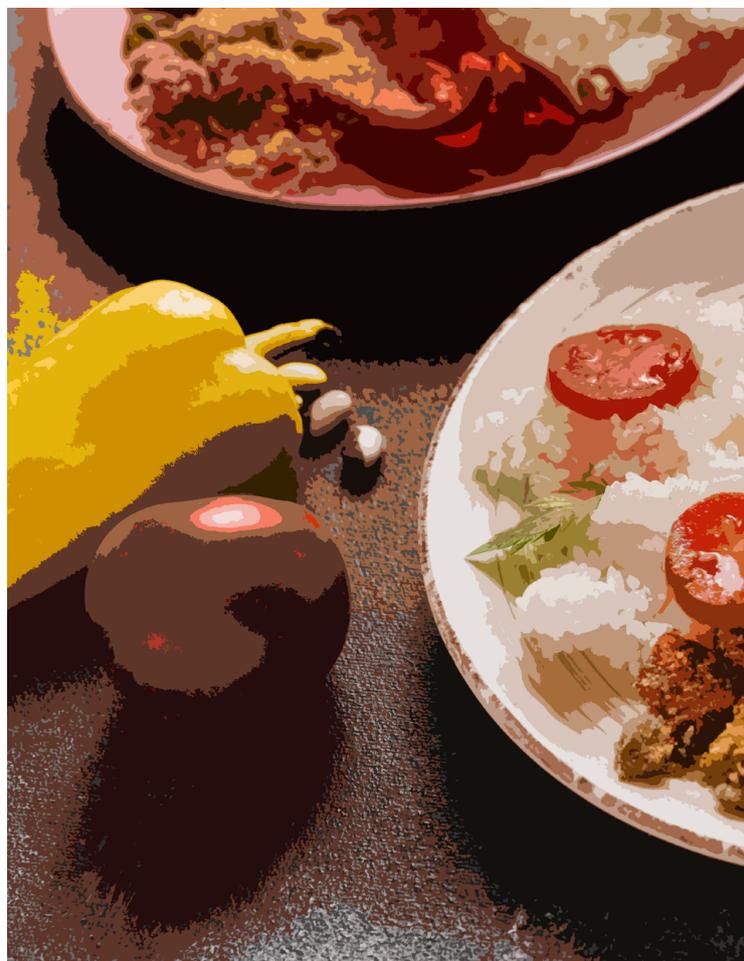
2. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1928288-doria-diz-que-pobre-nao-tem-habito-alimentar-e-afirma-descobrecer-video.shtml>. Acesso em 12 jan. 2019.

ral e econômica da vida sejam vistas como igualmente importantes” (Idem, ibidem).

Traçando paralelos entre a afirmação de Fraser (2002) e a temática da fome e interseccionalidade aqui proposta, podemos afirmar que muitas vezes a desigualdade estrutural que produz o fenômeno da fome é lida apenas na chave da diferença, ou seja, da cultura. Essa última, por sua vez, é entendida a partir de uma perspectiva sistêmica e sincrônica, como um corpus de pensamentos e costumes partilhados, que são, entretanto, descorporificados e dissociados da prática. O movimento inverso, por seu turno, da compreensão da sobrevivência como experiência produtora de subjetividades não se repete, e as práticas de sobrevivência e resistência a esse processo acabam sendo compreendidas como desprovidas de seu caráter social.

A premissa do antropólogo Claude Lévi-Strauss (1979) de que o ato de cozinhar é a atividade simbólica primordial que estabeleceria a diferença entre os animais e as pessoas (e por extensão, a cozinha), trouxe muitos avanços para a análise dessa atividade básica da existência humana. A metáfora da transformação da natureza para a cultura, do cru ao cozido, representou a possibilidade da compreensão do comer como algo além da mera ingestão de nutrientes. Não obstante, quando olhamos apenas para a falta de comida, isto é, para a falta desse objeto que materializaria a transformação da natureza à cultura em seu aspecto simbólico, deixamos de lado a importância da compreensão das práticas de (r) existência envolvidas nesse processo.

Talvez por entendermos a noção de cultura como a produção de um todo coerente que se diferencia de “outras” singularidades - outras “culturas” -, não nos atentamos às práticas, às materialidades que cotidianamente produzem a realidade, incidindo sobre corpos e territórios plurais, diferentes, mas também desiguais em sua própria construção (Mol, 2002).



É esse o ponto de partida para a construção desse ensaio, que busca trazer uma contribuição político-metodológica acerca da maneira que olhamos, conhecemos e entendemos a fome. Tendo como premissa central a ideia de que “a maneira que a fome é estudada e analisada informa as formas que este objeto toma em todo o mundo” (Klein, 2013, p.5), se faz necessário produzir um questionamento acerca das formas que esse saber é promulgado, sobretudo ao ter como pressuposto a concepção de que “todo saber é situado” (Haraway, 2009).

Conhecer a fome implica, assim, em entender quem fala sobre ela, quem a experiencia, quais discursos são mobilizados em sua criação e a partir de que maneira essas formas construídas através de depósitos ao longo do tempo se solidificam, criam sujeitos e transformam com ela a própria realidade. Usando as próprias palavras de Donna Haraway,

“...estou argumentando a favor de políticas e



epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais a parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo” (HARAWAY, 2009, p.30)

Nesse sentido, ao olharmos para a afirmação de João Dória Jr. citada no início deste texto e para tantas outras, podemos atentar nos às próprias características do enunciador como parte essencial na produção de um tipo de compreensão da fome que conforma também o corpo daqueles que a experienciam. A visão interseccional para a fome, atenta à importância do “posicionamento” (Haraway, 2009) na produção de conhecimento, nos ajuda a “dar corpo” para esse fenômeno.

“É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la”

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capiberibe, nos bairros miseráveis do Recife - Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi a minha Sorbonne. A lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo. (...) Foi assim que senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome. (1967, p.12)

O fragmento acima, de Josué de Castro em seu único romance publicado, “Homens e Caranguejos”, nos conta sobre seu processo de “descoberta da fome”. O geógrafo brasileiro autor de “Geografia da Fome” traz suas memórias de infância no Recife para nos mostrar que ainda que a fome seja um fenômeno produzido pelos homens, não é, entretanto, “um produto exclusivo do manguê” (1967). Ao longo de sua trajetória como intelectual reconhecido mundialmente, Josué produz um enquadramento da fome enquanto uma mazela universal, porém localizada: “uma expressão biológica de males sociológicos, que está intimamente ligada com as distorções econômicas do subdesenvolvimento” (1967). Em sua narrativa pessoal que se mistura com a “história da fome”, Castro tenta tornar evidente a importância de olharmos para a fome a partir de nossas experiências de subdesenvolvimento, colocando em pauta a perspectiva dos saberes situados como parte essencial da produção da própria definição de fome.

Assim como Josué de Castro “encontrou” ou “descobriu” a fome através da experiência das pessoas que (sobre)viviam a esse e com esse fenômeno, minha principal aproximação analítica à

tal mazela aconteceu durante minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social, que tinha como tema central a classificação do comestível em contextos de precariedade (Blanco, 2015). Ainda que nunca tenha experienciado a fome no corpo – a falta de alimentos em quantidade e/ou qualidade necessária para o “bem-viver” – e nem mesmo tenha sentido na pele o risco dela me acometer, as mulheres com quem caminhei nessa pesquisa me permitiram avistar o que a escritora Maria Carolina de Jesus expressou em sua literatura: “a fome é professora” e para “descrevê-la é preciso conhecê-la” (Jesus, 1960, p. 26).

Pontuo essa questão desde o início precisamente por compreender a importância das formas de conhecer um fenômeno na construção de sua própria definição, e assim situo a minha “descoberta da fome” como uma entre tantas outras. Não obstante, destaco aqui a contribuição de um “olhar antropológico” para a análise crítica de tal fenômeno ao ter como premissa as inquietações advindas da flexibilidade no fazer etnográfico. Isto é, a partir da compreensão da antropologia enquanto locus de produção de saberes e, assim, parte da produção da própria realidade estudada, busco questionar as maneiras em que a fome é definida enquanto objeto de atenção, dando especial destaque aos efeitos de poder imbricados nesse processo.

Concordando com Lygia Sigaud (1995) que, ao retomar Edmund Leach, diz que existem teorias antropológicas que dizem mais sobre aqueles que as elaboraram do que sobre a própria disciplina e que, talvez, certas teorias discorram mais ainda sobre a sociedade que produziu o pesquisador do que sobre a sociedade estudada por ele. Considero necessário lançarmos luz ao processo de produção da fome enquanto objeto analítico em direta relação com outro objeto: a comida. Fazer esse exercício de escavação na produção desse tipo de conhecimento pode nos ajudar a entender um pouco o porquê da escassez de estudos

sobre comida e fome na antropologia, trazendo à tona os efeitos dessa prática de apagamento.

Em um breve levantamento bibliográfico dos estudos antropológicos sobre alimentação, podemos perceber que a antropologia que estuda o humano, em suas especificidades e universalidades, desde seu princípio demonstrou interesse pela análise da comida como hábito específico de sociedades ou grupos. No entanto, como afirma Mintz (2001), a comida enquanto tal (intrinsecamente) tem sido um objeto de estudo menos interessante para a antropologia do que suas implicações sociais. Apesar da importância da comida em diversos estudos antropológicos, um pensar questionador da comida que veja o que se come enquanto relação não é dominante na disciplina. Isso traz consequências para a forma que olhamos para a fome.

De acordo com Vernon (2007) e Simmons (2009, 2015), a fome enquanto objeto de atenção global, isto é, enquanto um problema moderno, tem uma história recente. Há menos de dois séculos, a fome era vista como um ato divino que acometia aqueles com falta de força de vontade e fibra moral. Com o nascimento da economia política (Foucault, [1978] 2008) e a proeminência e consolidação de teorias econômicas como a de Thomas Malthus (1798, 1820) e Joseph Townsend (1786), a fome passou a ser compreendida através de uma perspectiva socioeconômica, que a definia enquanto um “mal necessário”. Para esses economistas, a fome ensinaria aos preguiçosos e indigentes a disciplina moral do trabalho, a adentrar a modernidade como indivíduos capazes de competir no mercado.

Foram as grandes crises de escassez de alimentos do século XVIII e XIX e sua expressão generalizada em um grande contingente da população trabalhadora que trouxeram importantes questionamentos acerca dessa forma de compreender tal fenômeno. A fome se transforma, a partir desse momento, em um problema social

que impediria os processos de modernização, e por isso, precisaria ser conhecida, estudada cientificamente e, assim, governada. Os Estados-nação passam a empreender então, grandes esforços para a definição científica e universal dessa mazela, buscando formas de otimizar sua gestão, tanto na metrópole como na colônia.

É nesse contexto que a nutrição surge como uma das disciplinas primordiais na produção da fome (Simmons, 2008, 2015; Turner, 1989). Advinda da necessidade de estabelecimento de um mínimo vital que determinasse aqueles acometidos pela mazela da fome, a nutrição conjuntamente a outros campos de saber como a agronomia, química, física, medicina, e economia e as ciências humanas, buscou produzir a fome como um problema social que poderia ser resolvido a partir de um cálculo das necessidades humanas básicas. A consolidação desta ciência dedicada exclusivamente ao estudo da alimentação humana de uma perspectiva biológica - entendendo o corpo enquanto máquina - foi, assim, uma legitimação de seu lugar hegemônico para se falar da fome, instituindo através de sua tecnopolítica uma forma específica de compreender esse fenômeno.

Penso ser importante destacar que a fome enquanto categoria moderna vai tendo seus significados transformados ao longo da história em direta relação com as formas de medi-la e com os campos de saber que a constituem como objeto de atenção. O faço precisamente para trazer luz às formas como a própria antropologia se insere nesse processo. No correr do tempo, ocorreu uma produção da fome como um fenômeno mais amplo do que a falta total de comida - a inanição. Sua definição passa a compreender também a má nutrição ou má alimentação, surgindo aí um proeminente campo de análise para as ciências humanas. Se torna objetivo das ciências sociais e, mais especificamente da antropologia, desvelar por quais razões algumas pessoas não se



Um dos principais questionamentos acerca da construção da antropologia enquanto ciência que estuda “a cultura” (a diferença, o outro) trata, precisamente, de uma tentativa de reestabelecer a possibilidade de um contínuo entre significado e prática, mente e corpo, conceito e performance



alimentavam corretamente, questionando principalmente o lugar que a noção de raça (e, posteriormente, de cultura) ocupava na produção de certos hábitos alimentares. Enquanto a nutrição buscava “encontrar” uma métrica universal das necessidades nutricionais, tendo como modelo o homem médio europeu, a antropologia tentava entender o lugar da diferença na alimentação.

Em um contexto de desenvolvimento das potências europeias a partir de distintos processos de colonização, a compreensão da diferença, isto é, daquilo que nos identificava enquanto pertencentes a um grupo social específico, aquilo que nos era particular, se tornava central para a produção e manutenção de relações de poder. Como nos ensina Manuela Carneiro da Cunha, “noções como raça, e mais tarde, cultura, são todas elas bens (ou males) exportados. Os povos da periferia foram levados a adotá-las, do mesmo modo que foram levados a comprar mercadoria manufaturada” (2009, p.312).

Envolvida em uma controvérsia ativa sobre os significados de seu principal objeto de interesse, a cultura, tem havido, nos últimos anos, um intenso debate antropológico sobre a propriedade da sua utilização. A discussão sobre fome e comida se insere nesse debate precisamente por sua centralidade no próprio desenvolvimento da disciplina enquanto saber legitimado para falar do outro, do diferente. Ainda que Carolina Maria de Jesus (1960) esteja apontando para a produção da fome como uma decisão de poder, concordamos com sua afirmação de que “quem inventou a fome são os que comem”. Encontramos aí um importante ponto de partida para o questionamento dos processos de produção analítica de certos objetos que afligem grande parte da população. O que permitiria, talvez, produzir uma outra maneira de entendê-los e combatê-los.

Um dos principais questionamentos acerca da construção da antropologia enquanto ciência que estuda “a cultura” (a diferença, o outro) trata,

precisamente, de uma tentativa de reestabelecer a possibilidade de um contínuo entre significado e prática, mente e corpo, conceito e performance. Tal premissa buscaria se contrapor a uma ideia representacional do corpo como um instrumento passivo, reivindicando que a cultura não é um substantivo, mas um verbo (Overing, 1998). Assumindo, assim, que ao invés de dizermos que “vivemos em uma cultura”, deveríamos compreender que “vivemos culturalmente” (Ingold, 1994, p.330).

Ao tratarmos da história da fome na antropologia encontramos, então, um exemplo paradigmático de como as condições sociais de produção dos próprios objetos de atenção das ciências perpassam e são conformadas por relações de gênero, classe, idade, etnia, nacionalidade, deficiência, entre outras. Uma das primeiras antropólogas a falar de fome, defendendo a ideia de que “a nutrição não poderia ser compreendida de maneira separada de seus sentidos e expressões socioeconômicas e culturais” (Richards, 1932, p.212) foi a inglesa Audrey Richards em sua obra de 1932, “Fome e trabalho em uma sociedade selvagem”. Ainda que o trabalho de Richards tenha sido encomendado com objetivos associados ao desenvolvimento colonial entre o Povo Bantu do Sul, e se tornou uma peça-chave nos processos de governança nas colônias da região, é importante destacar aqui que sua perspectiva que entendia a fome e a alimentação como um fenômeno sócio-biológico-cultural-econômico não se tornou hegemônica ao longo do desenvolvimento da disciplina.

De acordo com Mintz (2001), a escassez de análises que entendem a fome e a alimentação como práticas que extrapolam a dualidade entre realidade e representação, corpo e espírito, natureza e cultura está diretamente associada com questões de gênero e raça: gênero das estudiosas do tema, que eram em sua maioria mulheres - as únicas que podiam ter acesso a certos espa-

ços e experiências no campo e que não se tornaram grandes referências na disciplina - e raça daqueles que experienciavam a mazela da fome.

Como nos lembra Mariza Corrêa (2003) é imprescindível prestar atenção nas relações entre raça e gênero (entre outras) para entender o modo como essas relações foram, ao longo do desenvolvimento da disciplina, alçadas à condição de objetos antropológicos, ou incorporadas na própria produção de outros objetos de análise, como a fome. Olhando para a história da fome enquanto fenômeno moderno, desde sua concepção como um ensinamento aos pobres, até ser compreendida como um problema “cultural”, e prestando especial atenção nos “saberes situados” (Haraway, 2009) acerca de tal mazela, isto é, quem, quando, como e onde se falava sobre fome, podemos concluir que a fome é, em sua gênese, um objeto racializado, territorializado, genericado, isto é, corporificado e encarnado.

“O que é mesmo que a gente chama de fome?”

Em setembro de 2020, em meio a uma das maiores crises sanitárias já enfrentadas pelo país - a pandemia de COVID-19 - foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) referente aos anos de 2017 e 2018. Nesta pesquisa foi aplicado o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que busca ser uma medida direta e domiciliar da Insegurança Alimentar, classificando os domicílios em quatro graus atribuídos pela escala: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave que é considerada fome. Os resultados desta pesquisa mostram que houve um aumento significativo da insegurança

alimentar em todo o Brasil se comparamos os resultados com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)¹ de 2013. De acordo com os dados, 36,7% dos domicílios do país (o equivalente a 25,3 milhões) estavam em algum grau de Insegurança Alimentar (IA): IA leve (24,0%, ou 16,4 milhões), IA moderada (8,1%, ou 5,6 milhões) ou IA grave (4,6%, ou 3,1 milhões), isto é, 84,9 milhões de pessoas que habitavam domicílios com algum grau de insegurança alimentar.

Através desses dados é possível traçar um perfil das pessoas que mais sofrem com a fome no Brasil. Em relação à classe social, isto é, ao rendimento familiar, podemos ver que a despesa média mensal familiar com alimentação era de R\$ 658, o que equivalia a 14,2% do total das despesas, entre as famílias mais pobres esse gasto caía para R\$ 329 e era responsável por 22% do orçamento doméstico. Por outro lado, as famílias com rendimento superior a 15 salários-mínimos gastavam em média R\$ 2.061 e comprometiam apenas 7,6% de seu orçamento com a alimentação. Esses dados indicam não apenas a enorme desigualdade que caracteriza os gastos com alimentação entre as famílias brasileiras como também explicitam a circunscrição da experiência da fome em uma população específica, tendo em vista que os domicílios mais pobres têm comprometidos uma parte significativa de seu orçamento com uma despesa essencial à sobrevivência. Sem nem mesmo mencionar que essa desigualdade também se manifesta na quantidade e variedade de alimentos adquiridos pelas famílias.

Além da POF que trouxe dados do período pré-pandemia, o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” publicado pela Rede Pensar no início de 2021, indica que “algumas con-

1. Até 2013 a EBIA era aplicada na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, a PNAD.

dições individuais podem afetar negativamente a situação de segurança alimentar”. Nos resultados apresentados no inquérito é possível perceber que em 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres, os habitantes estavam passando fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor/raça branca, esse percentual foi de 7,5%. A fome se fez presente em 14,7% dos lares em que a pessoa de referência não tinha escolaridade ou possuía Ensino Fundamental Incompleto. Com Ensino Fundamental Completo ou Ensino Médio Incompleto, caiu para 10,7%. E, finalmente, em lares chefiados por pessoas com Ensino Médio Completo em diante, despencou para 4,7%.

Sem me estender mais na discussão sobre os dados dessas duas importantes pesquisas que foram trazidas aqui de maneira muito resumida, gostaria de salientar dois aspectos que contribuem para as proposições reflexivas finais deste ensaio. O primeiro deles diz respeito à pergunta que é título dessa sessão: o que é mesmo que a gente chama de fome? Tal questionamento colocado por Helena Silvestre (2019) em seu livro “Notas sobre a fome” nos ajuda a pensar sobre a própria definição de tal fenômeno enquanto um locus de disputa tecnopolítica.

Nos dados da POF e do inquérito da Rede Penssan, a fome é sinônimo “apenas” de insegurança alimentar e nutricional grave, ou seja, ela é identificada somente quando ocorre falta de alimentos em termos quantitativos em um domicílio. Se levarmos em consideração que a alimentação é um processo sociocultural-econômico-biológico, como já afirmava Audrey Richards em 1932, podemos concluir que qualquer nível de insegurança alimentar, como descrito na EBIA, deveria ser considerado como fome ou “risco de fome” (Sousa Ribeiro Jr., 2021), pois impediria o acesso à alimentação adequada de um ponto de vista

mais amplo do que aquele associado apenas ao funcionamento pleno do corpo enquanto “máquina”.

De acordo com Maria do Carmo Freitas, em “Agonia da Fome” (2003), a própria compreensão e definição do que entendemos por fome acaba por tecer e delinear a maneira como este objeto é analisado e por conseguinte (re) criado. Nesse sentido, se olharmos para a fome separando em sua própria concepção enquanto fenômeno aquilo que seria da ordem da sobrevivência e aquilo que corresponderia ao social e a cultura, estaríamos produzindo um objeto de atenção que não compreende o próprio corpo como produto e produtor de relações sociais estruturais e estruturantes.

Assim, o segundo ponto de destaque trata precisamente da afirmação de que “existem algumas condições individuais que podem afetar negativamente a situação de segurança alimentar”. Talvez, por estarmos tão imersos nos efeitos de produção de realidade oriundos de uma forma capitalista de existência (Stengers, 2002), não damos devida importância à produção da subjetividade, da individualidade e da diversidade como inseridas nessa forma específica de reprodução da vida. O que muitas vezes é lido como “condições individuais” são, na verdade, processos de interação entre dois ou mais eixos de subordinação (Crenshaw, 2002, p.177), que conformam o corpo e suas experiências de sobrevivência nesse mundo.

Nesse sentido, a maior contribuição que penso trazer a partir de uma flexibilidade (Cunha, 2002) da produção da antropologia sobre fome não se localiza na sua produção bibliográfica em si, mas nos questionamentos políticos-epistemológicos acerca da construção desse objeto, sobre a maneira que o conhecemos, descobrimos, identificamos, enquadrados e promulgamos. A construção de conhecimento sobre a fome, a qual é, acima de tudo uma experiência materializada no corpo, tem que levar em consideração os cor-

pos que vivenciam e também os que produzem a fome, não só enquanto objeto analítico, mas como *locus* primordial de produção de saber. Como nos ensina Lélia Gonzalez (1983), o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo, e por consequência, dos outros fenômenos associados a eles, como a própria fome.

Não é à toa que as principais intelectuais que propõem uma crítica às formas hegemônicas de produção de saber, são, em sua maioria, mulheres negras (e em alguns casos, autodeclaradas anticapitalistas). Essa crítica é essencial ao reconhecermos que “as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes e, podemos acrescentar, brancos” (Hirata, 2014).

O que tentei propor aqui como ponto de partida para futuras reflexões coletivas se refere ao exercício de deixarmos de pensar a fome e a luta pela sobrevivência enquanto processos fora das experiências corporais, e por isso, políticas e materiais das pessoas. Entender a fome enquanto estrutural em nossas relações, isto é, concebendo também que é possível produzir saberes “desde a fome, com fome, entorpecendo de desejo tudo que resiste a ela” (Silvestre, 2019, p.17), pode evidenciar que não é mais uma opção excluir as externalidades na compreensão dessa mazela, precisamente porque, para muitas pessoas essas chamadas externalidades constituem suas próprias condições de sobrevivência.

Como apontado em outro momento (Blanco, 2019), concordo com Marx e Engels (2007 [1932]), quando esses afirmam que:

o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para

viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida ([1932] 2007, p. 39).

Por termos tomado o domínio do social como o campo sobre o qual as ciências sociais podem discutir e produzir, acabamos por delinear e instituir a criação de um objeto nosso, deixando para a biologia, medicina e nutrição o direito exclusivo de falar sobre os corpos. No entanto, se o estado físico dos corpos não pode ser separado de seus aspectos socioculturais, como aponta a citação de Marx e Engels ([1932] 2007), temos que buscar entender a fome como um processo diretamente imbricado nas formas em que certas diferenças produzem desigualdades que se sobrepõem e são, sobretudo, corporificadas.

De uma perspectiva interseccional, isso significa dizer que “a pessoa não é divisível em cada situação particular, o que implica que as opressões a atingem de modo combinado, coexistindo e reforçando-se mutuamente na produção das desigualdades sociais” (Mello, Gonçalves, 2010, p.68). Nesse sentido, a proposta interseccional apresentada aqui se constitui como um conceito analítico que permitiria ler, interpretar e produzir a realidade a partir do reconhecimento da fome enquanto fenômeno e objeto situado.

Referências Bibliográficas

Blanco, Lis F. (2015) Vida podre: a trajetória de uma classificação. 143 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279750>.

Blanco, Lis F. (2019) Incorporando relações. *Revista Ingesta*, 1(1), 101-123. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/152346>

Castro, Josué. (1967) *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Corrêa, Mariza. (2003) *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

Crenshaw, K. (2002) Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

Cunha, Manuela Carneiro. (2009) “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009

Fassin, Didier. (2012) O sentido da saúde: antropologia das políticas da vida. In: Saillant, Francine; Genest, Serge. *Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, p.375-390.

Foucault, Michel. (2008[1978]). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.

Fraser, Nancy. (2002) A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 7-20, out. 2002.

Freitas, Maria do Carmo Soares de (2003). *Agonia da fome*. Editora Fiocruz.

Gonzalez, Lélia. (1983) “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244.

Haraway, Donna. (2009) Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, jan. 2009.

Heynen, N. (2008). Bringing the Body Back to Life through Radical Geography of Hunger: The Haymarket Affair and its Aftermath. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 7(1), 32-44.

Hirata, Helena. (2014) Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social [online]*. 2014, v. 26, n. 1, pp. 61-73.

Ingold, Tim. (1994). 'Introduction to Culture', in T. Ingold (ed.) *Companion Encyclopedia of Anthropology: Humanity, Culture and Social Life*, London and New York: Routledge.

Jesus, Carolina Maria de. (1960) *Quarto de despejo – diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves.

Klein, Kate. (2013) Humanitarianism and the Anthropology of Hunger. *Washington University Undergraduate Research Digest*, Vol., Issue 1.

Lévi-Strauss, Claude. (1979) O triângulo culinário. In: Simonis, Ivan. *Introdução ao estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou a paixão do incesto*. Lisboa: Moraes.

Malthus, Thomas R. (1983 [1820]) *Princípios de Economia Política: e considerações sobre sua aplicação prática*. São Paulo: Abril Cultural.

Malthus, Thomas R. (1999 [1798]) *Ensaio sobre o Princípio da População*. Lisboa: Europa – América.
Marx, Karl; Engels, Friedrich. (2007 [1932]) *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

Mello, Luiz. Gonçalves, Eliane. (2010) *Diferença e Interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFRN. Cronos. Volume II, Número 2. 2010. p. 163-173.

Mintz, Sidney W. (2001) *Comida e antropologia: uma breve revisão*. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2001, v. 16, n. 47, pp. 31-42.

Mol, Annemarie. (2002). *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Duke University Press.

Overing, J. (1998) 'Is an Anthropological Translation of the "Unhomely" Possible, or Desirable?', in M.Bal et al. (eds) *Intellectual Traditions in Movement*, ASCA Yearbook, Amsterdam: ASCA Press.

Piscitelli, Adriana. (2008) *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 263-74, jul./dez. 2008.

Richards, Audrey. (1932) *Hunger and work in a savage tribe: a functional study of nutrition among the southern Bantu*, London: George Routledge and Sons, Ltda.

Sigaud, L. M. (1995) *Fome e Comportamentos Sociais: Problemas de Explicação Em Antropologia*. Mana: estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 167-175, 1995.

Silvestre, Helena. (2019) *Notas sobre a fome*. 1ª Ed. - São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial.

Simmons, Dana. (2008) "Famine Disease: Starvation Science from Colonies to Metropole," book chapter in Frank Trentmann and Alexander Nützenadel, eds. *Food and Globalization* (Berg, p. 173-192.)

Simmons, Dana. (2015) *Vital Minimum: Need, Science and Politics in Modern France* (University of Chicago Press).

Sousa Ribeiro Junior, J. R. (2021). *A fome como processo e a reprodução social capitalista*. Boletim Paulista De Geografia, 1(105), 15–39.

Stengers, Isabelle. (2002). *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34.

Townsend, Joseph. (1971[1786]). *A Dissertation on the Poor Laws*. Berkeley: University of California Press.

Turner, B. S. (1989) *El cuerpo e la sociedad*. México DF: Fondo de Cultura Económica.

Vernon, James. (2007) *Hunger: a modern history*. Cambridge, MA: Harvard University Press.